

FATOS E NOTAS

REFLEXÕES EM TÔRNO DE UMA TESE DE DOUTORAMENTO:

“O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (O Exemplo de três vilas paulistas — Campinas, Itú e Pôrto Feliz — 1798-1829)”.

A defesa de tese de doutoramento do Prof. Luís Lisanti Filho, da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi uma surpresa para o culto auditório que lotou uma das salas daquele instituto universitário.

Muita gente, como nós, conhecia os dotes de inteligência do doutorando que, após longo estágio na França, na **École de Hautes Études**, sob a orientação do Prof. Fernand Paul Braudel que já ilustrou a cátedra de História Moderna e Contemporânea de nossa Faculdade oficial, voltava ao nosso meio para defender a sua tese de doutoramento.

Ninguém, entretanto, que conheça os princípios em que se funda o método quantitativo em história econômica que tão alta projeção vem mantendo na historiografia contemporânea, reconheceria na tese do Prof. Lisanti Filho as diretrizes dessa renomada corrente história. Afinal, não é preciso que um historiador se desloque para o Velho Mundo para apreender os fundamentos da escola braudeliana. Além do monumental estudo do próprio Braudel sobre a economia do Mediterrâneo nos séculos XVI e XVII, aí estão as obras básicas de Chaunu, Magalhães Godinho e tantos outros que apontam um roteiro para o historiador da economia. O simples prefácio da exaustiva análise do Atlântico na obra do casal Chaunu já vale por uma aula profunda e meditada da moderna metodologia econômica.

A crítica severa da banca examinadora permite concluir que a obra em análise não obedece a uma orientação de alto gabarito como Braudel imprime aos que trabalham sob sua orientação.

Coube a um professor francês, Yves Bruand, da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, contradizer-se ao tentar

mostrar que o doutorando revela a influência dos **Annales**, tendo aproveitado os estudos na França, quando o diálogo que manteve com o examinando provou exatamente o contrário.

Sua judiciosa observação sobre o título da tese já seria uma contestação da influência braudeliana: para um tema de estudo de duas conjunturas sincrônicas — Brasil e Europa — havia muito Brasil (96 páginas) e pouca Europa (32 páginas). E nem mesmo Brasil, nem sequer São Paulo, mas apenas três vilas de secundária importância. Daí a sugestão de que o título futuro do trabalho fôsse “Três vilas paulistas na expansão açucareira”. Não seria esta a sugestão de Braudel se conhecesse o trabalho?

A crítica à bibliografia da tese — tecla comum por onde unveredaram todos os examinadores — pôs em relêvo que o doutorando não somente omitiu numerosos autores básicos que se ocuparam do problema, como sonegou dados bibliográficos importantes das obras indicadas (data, edição, tradutor, etc.). Ainda que o Prof. Lisanti Filho tivesse defendido a restrição da bibliografia, apoiando-se na modéstia de não fazer alarde de erudição, quer-nos parecer mais uma vez que a sua atitude entra em conflito com o tratamento bibliográfico da escola dos **Annales**.

Não menos destoante para um discípulo de Braudel é a ausência de citação das fontes, dos censos e das tabelas, falha apontada pelo digno Professor de Introdução aos Estudos Históricos e reforçada pelo “patrocinador” da tese, Prof. d’Oliveira França. Seria ainda êste um comportamento coerente com os princípios da **École de Hautes Études**?

Outras críticas do Prof. Yves Briand no tocante à falta de interligação dos capítulos, às deficiências dos quadros de produção e de consumo e às falhas da obra apresentada, provam abundantemente que Sua Senhoria não podia ser sincero quando enquadrava a tese em exame nos cânones dos estudos patrocinados pela escola econômica dos **Annales**.

A douta catedrática de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, Profa. Cecília Maria Westfalen, que freqüentou a mesma escola francesa de estudos econômicos, ainda que reconhecesse a presença de Braudel nas linhas gerais do trabalho, não deixou de criticar a tibieza do autor em face dos “vamos tentar” e dos “apenas um primeiro passo”; procurou demonstrar ao examinando que a verdadeira diretriz da escola econômica de Braudel reside na história quantitativa e dinâmica com a

matemática libertando do “pode ser”, pois como afirma Chau-
nu que a culta examinadora revela conhecer em profundidade,
“pas de chiffres, pas d’histoire”. Foi precisamente uma defes-
sa do método histórico-econômico dos *Annales* que fêz ao in-
vocar a necessidade da análise das crises cíclicas, como o fêz
Magalhães Godinho, para quem como o doutorando se propunha a mostrar a repercussão da conjuntura internacional
na economia do Brasil.

Analisando as deficiências estruturais da tese reportou-se
à ausência do quadro de exportação do açúcar paulista atra-
vés do pôrto de Santos, apoiando-se em pesquisas próprias sô-
bre o pôrto de Paranaguá, onde 87% das importações de aguar-
dente da região, na época, eram de procedência paulista, bem
como 13,57% do açúcar. Pareceu-lhe ainda que outros proble-
mas como o da baixa de preços do açúcar, os fretes e a balan-
ça de Santos representavam omissões fundamentais para um
estudo econômico da época. Foi êste um argumento irrespon-
dível que obrigou o examinando à confissão da falta de dados
principalmente no tocante aos fretes.

A arguição do catedrático de História Moderna e Contem-
porânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Uni-
versidade de São Paulo, Dr. Eduardo d’Oliveira França, de
quem o Prof. Lisanti Filho é assistente, não constiuiu, como
de hábito, na defesa da tese do doutorando, pois que o traba-
lho em exame não teve a orientação daquele catedrático, sim-
ples “patrocinador” da tese como consta do prefácio daquele
ensaio econômico. Logo S. Exacia. teve o cuidado de explicar
ao auditório a sua posição excepcional em face da tradição em
bancas de doutoramento nas quais geralmente o orientador,
último a argüir, assume habitualmente mais o papel de de-
fensor que o de crítico. Assim as suas críticas seriam antes
conselhos paternais que não tivera antes a oportunidade de
dar.

Parecia-lhe, inicialmente, que havia uma idéia a corrigir
— a de que a base da historiografia brasileira está lá fora.
Impõe-se uma prevenção contra certos radicalismos como a
luta contra os números em têrmos de equilíbrio para a pro-
cura em têrmos de continuidade.

Em crítica construtiva aos imperativos da carreira uni-
versitária, parecia-lhe que a pressa fôra a responsável pela
falha do doutorando que consumira, na pesquisa de dados,
tempo precioso que sacrificara à reflexão. Daí a fuga à gene-
ralização — prova de maturidade — mas, sem dúvida, com-
prometedora.

Assim, se não fôsse o orientador titular da tese, tentaria a sua demolição avançando pela pista que intuíra o diretor do Museu Paulista, profundo conhecedor do assunto.

Não encontrava o autor de **Portugal na época da Restauração** na tese do assistente-doutorando a discussão dos dados, atitude que levanta a suspeita de uma posição de defesa...

Ainda que a tese em exame denotasse seriedade, desêjo de acertar e honestidade intelectual, falhas havia como a fuga aos conhecimentos, discussão da linguagem dos números, exame da depressão econômica de fim do século XVIII, falta de precisão conceitual (“estrutura urbana”, “fase A”, “fase B”, “economia de mercados”, etc.). As imprecisões no emprego de “cidade” e “burgo”, a falta de definição de áreas — sensível principalmente no caso de Pôrto Feliz — acabaram criando medidas flutuantes.

Sentia, em síntese, que o examinando não fizera:

- a). — distinção do que explica no texto e no rodapé;
- b). — discussão da validade dos dados;
- c). — citação das fontes para a elaboração dos dados;
- d). — numeração dos gráficos que se apresentam de difícil apreensão e
- e). — complementação dos dados principalmente de consumo.

Outro caráter assumiu a arguição do douto Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Prof. Ari França. Sua posição em face de seus conhecimentos especializados revelou uma análise profunda do trabalho em exame.

Reforçou a crítica das balizas cronológicas da tese que não atingiu os dados de Daniel Pedro Müller, época em que o açúcar ainda está em expansão. Não lhe parecia justificável, igualmente, a escolha das três vilas quando outras se integravam no campo econômico que caracterizaria a economia açucareira paulista da época. Estranhava a ausência da terra roxa, principalmente em Campinas, omitida na tese.

Criticava ainda o ilustre catedrático de Geografia Humana a ausência de mapas, dado que as plantas citadas apresentadas — aliás, péssimas — não se filiavam à época em estudo. Ainda os gráficos eram passíveis de críticas por serem ilegíveis, além de que as tabelas não encontravam citação no texto, não indicavam as fontes, nem se entrosavam no texto.

Expendendo considerações sobre a ausência da expressão “Serra do Mar” transformada simplesmente em “Serra”, na citação freqüente de “o caminho da Serra”, mostra o perigo da falsa interpretação dado que a citação de página 6 da tese não lhe parece referente à serra do Mar mas à de Itapeví.

Parecia-lhe, finalmente, que a Geografia fôra maltratada em expressões como “paisagem ondulada”, “matas exuberantes” (quando referindo-se a depressões), “rendimentos decrescentes” (aplicado à agricultura).

Discutiu, por último, os dados das calorias analisadas pela tese cujos índices superariam tudo quanto apresentam tabelas congêneres, levando a crença de que o paulista do século XVIII seria a gente mais bem alimentada do mundo (3.600 calorias quando dados modernos não ultrapassam geralmente 1.600).

De caráter eminentemente objetivo na análise da história nacional, foi a arguição do Dr. Mário Neme, o ilustre pesquisador da história de São Paulo que dirige o Museu Paulista. Sua Senhoria, embora reconhecendo o esforço do Prof. Lisanti Filho, impugnou-lhe a tese pelo desconhecimento revelado pelo autor da história social e econômica do Brasil, desatualização da bibliografia do assunto, insuficiência das fontes, parcialidade na escolha delas, além da deficiência da linguagem.

Condenou as balisas escolhidas, que tanto não satisfizeram as conveniências do estudo, que o autor se viu obrigado a ultrapassá-las nos dois sentidos, quando o ideal teria sido partir da restauração da capitania até 1836 com os dados estatísticos de Daniel Pedro Müller, período em que as transformações acusam grande influência dos comandos exteriores.

Lamentou a seguir que para a história dos caminhos não houvesse consultado as **Atas da Câmara** e os **Papéis Avulsos** com o mesma displicência com que ignorou autores modernos como, entre outros, Taunay e Ernâni Silva Bruno, mais dignos de confiança que Azevedo Marques.

Profliga depois a atitudes do candidato ao doutoramento que se demorou na relação de providências de Martim Lobo até 1782 (fora das balisas da tese), tocando apenas de relance na calçada do Lorena (1797) cuja significação exagerou.

Apontou em seguida a ausência da função política, religiosa e econômica dos bairros rurais, sacrificados pela ênfase dada às Companhias, cujas estatísticas aliás nada demonstram por falta de estudos comparativos, chocando-se, às vêzes, com

estudos de autores citados pelo doutorando como Nardy Filho que aponta para 1797 número muito maior de Companhias que o autor da tese em 1798.

Reportando-se ao problema da criação de vilas que o autor aponta como elementos extraordinariamente significativos no aumento da população, demonstrou o culto examinador que, em face dos precedentes administrativos da capitania, o simples fato da ereção de vilas não permite de maneira alguma a conclusão a que chegou o estudioso das três vilas paulistas. Impunha-se, portanto, o reexame da tese neste particular pelo estudo da orientação política da Corôa e do arbítrio dos governadores na criação de vilas e municípios.

Critica ainda o artifício dos dados estatísticos de aumento vegetativo de população com enxertos que ultrapassam as balizas da tese (1835-1836) e que, mesmo assim, submetidos a um tratamento estatístico — análise de regressão — levam à conclusão de que não houve, no período abrangido pela tese, aumento vegetativo de população.

Referindo-se a algumas tabelas e análise de composição da população das três vilas e seus distritos, mostrou que os dados como se apresentavam, nada significavam. Assim, no caso de Pôrto Feliz (páginas 63 e seguintes) havia a notar que o território da freguesia de Piracicaba, onde os engenhos se multiplicavam, não pertencia todo a Pôrto Feliz. Desde 1774, data da freguesia, até 1808, senão até 1821 (data certa da criação da vila e não a constante da tese) suas terras estiveram divididas em duas partes, uma sujeita à jurisdição de Pôrto-Feliz e outra à de Itú. Daí, à luz de documentos que citou, a invalidade dos cálculos e argumentos da tese em relação a Pôrto Feliz e Itú no período de 1774 a 1821.

Criticou ainda o Diretor do Museu Paulista a incoerência do doutorando, ora apoiando-se nos dados de Daniel Pedro Müller (área cultivada de alguns produtos), ora refutando os dados daquele pioneiro da estatística no Brasil (uso do arado), sem advertir que o próprio Müller confessa:

“não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos que serviram de base ao presente estudo”.

A falta de indicação de como procedeu a análise dos dados estatísticos, reduzidos a porcentagens — continua ainda o douto examinador — não revela como estimou o rendimento dos escravos na região açucareira. Se prevaleceu, ao que parece, o critério da divisão dos totais de produção pelo número de escravos, cálculo inválido por diversos fatores (intervenção

do braço livre, ocupação dos escravos em outros setores), assim se explica não tenha o autor da tese se aproximado dos dados de produtividade coincidentes de testemunhas idôneas e altamente qualificadas (Saint Hilaire e Castro Mendonça).

Não menos severa foi a crítica ao cálculo do índice da área cultivada do milho, arroz e feijão que absolutamente não podia ser cotejada com a do açúcar e da farinha, pois se para êstes os dados de D. P. Müller eram de produção por área, para aquêles prevalecia a produção por semente e daí, por êrro de interpretação da fonte, ficavam prejudicados os mapas das “Áreas cultivadas” daqueles três produtos.

Ocupando-se das atividades produtivas — capítulo importante da tese, estranhou a designação de “estruturas urbanas”, não definidas, “ponto pouco conhecido da história do país” (página 94), bem como surpreendeu-se ante a confissão do desconhecimento das relações dos “partidistas” de cana com os senhores de engenho. Notava ainda a ausência das condições de comércio, das modificações da legislação sôbre mercado, da evolução das técnicas, da variação de taxas e impostos. Lamenta ainda a omissão das **Atas e Papéis da Câmara** que teriam esclarecido as “regulamentações possíveis do artesanato” que o Autor diz pouco conhecer.

Crítica a classificação das profissões com a inclusão esdrúxula de funcionários públicos e sacerdotes no quadro das “profissões liberais”. Com respeito à tentativa de classificação dos setores da produção, parece-lhe que o autor neste ponto, como em tôda a tese, assume uma atitude contraditória: propõe os problemas e evita-os ao mesmo tempo...

Reportando-se aos melhores capítulos da tese — “Comércio e Capitalismo” e “O Brasil e a Conjuntura Internacional” — autônomos, mas capazes de constituir uma tese, poderiam ser notavelmente ampliados com recurso aos testamentos, escrituras e laudos periciais que revelariam aplicações de capitais em engenhos obtidos em fontes diversas. No caso do Pará e Maranhão, uma omissão estranha: a da tese do Dr. Nunes Dias; na história do açúcar, a dos estudos da Dra. Alice Piffer Canabrava. Uma incoerência ainda para que o autor não busca uma explicação: o aumento dos investimentos em engenhos no momento da baixa do preço do açúcar a partir de 1822. Questão sem resposta como as influências, sôbre a produção, da nossa balança comercial em **déficit** desde 1821, a despeito do imenso manancial de informações que transparece das fontes citadas.

As respostas do Prof. Lisanti Filho revelaram o conflito de sua orientação com a escola tradicional, ou melhor, a posição do historiador econômico que, perlustrando um caminho em que os quadros estatísticos são falhos ou inexistentes, viu os vácuos e “queimou” etapas, limitando a sua tese a uma “busca de tendências” como no que pôde apreender dos censos de Müller. As balisas do trabalhos foram ditadas pela existência de censos homogêneos.

Em face da tendência de generalização da escola tradicional, fez a defesa do qualitativo em face da dificuldade da obtenção do quantitativo, obtendo curvas estatísticas que revelam os erros dos estudos anteriores. Assim, os dados de natalidade, submetidos a teste, revelariam uma tendência.

Discordando ou concordando com as objeções ou omitindo-as simplesmente, deixou o Prof. Lisanti Filho bem patente um problema que pode ser um roteiro para os futuros investigadores de nossa economia do passado; impõe-se preliminarmente a avaliação ponderada do tema e o do seu balisamento entre etapas de nítida caracterização que imponham conclusões legítimas e absolutas. A área geográfica da pesquisa não pode obedecer a simples preferências personalistas, mas a um conjunto harmônico tal como o Mediterrâneo de Braudel ou o Atlântico de Chaunu que dão a visão de um todo indivisível e não três vilas apenas de uma unidade econômica como era o açúcar paulista que abrangia na época muitos outros organismos urbanos de maior ou menor projeção.

A “humanização da paisagem”, concepção tão cara aos geoeconomistas do presente, requer pesquisas profundas e meditadas em diferentes setores que equipem os intérpretes de nossa história de elementos ponderáveis para que se possa medir em extensão toda a influência do Homem na transformação do ambiente em que opera.

Há que pesar devidamente a projeção da conjuntura internacional através de dados insofismáveis em seus múltiplos e variados aspectos sobre a economia nacional.

Não houve quem não sentisse diante das objeções levantadas à tese do doutorando que o açúcar paulista não saía para os portos europeus, Hamburgo principalmente, como faz crer o autor, porque não estudou convenientemente a produção açucareira do Nordeste nem a das Antilhas, nem as estatísticas de exportação da região com os seus portos de contacto. Faltou a análise em conexão de toda uma economia similar, mercado consumidor e produtor, preços e câmbio, fretes e taxas.

Ainda que as exigências da carreira universitária imponham ao doutorando um limite de tempo para a elaboração de sua tese, mister se faz que o senso do equilíbrio esteja bem presente no espírito do investigador para que êle não se afogue na massa dos documentos, perdendo a noção da coleta de dados com sacrifício do tempo de análise e interpretação que mais e mais se impõem.

Por conhecermos os dotes de inteligência do Prof. Lisanti Filho que nos podia ter oferecido muito mais do que realmente apresentou em sua tese de doutoramento, confiamos em que, em sua próxima etapa de investigação histórica, ultrapasse os limites de nossa expectativa para gáudio de seus amigos e benefício dêste interessante campo das investigações econômicas de tão palpitante atualidade.

ROZENDO SAMPAIO GARCIA

Pesquisador-técnico Historiógrafo do Museu Paulista da
Universidade de São Paulo